

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANA CAROLINA BARBOSA SANTOS

ENTRE TEORIA E METODOLOGIA:

Uma reflexão sobre historiografia política imperial a partir das análises de José Murilo de Carvalho, Vamireh Chacon e Boris Fausto

PICOS (PI)

2016

ANA CAROLINA BARBOSA SANTOS

ENTRE TEORIA E METODOLOGIA:

Uma reflexão sobre historiografia política imperial a partir das análises de José Murilo de Carvalho, Vamireh Chacon e Boris Fausto

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí sob a orientação da Profa. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira, para obtenção do título de Graduada em História.

PICOS (PI)

2016



FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

S237e Santos, Ana Carolina Barbosa

Entre teoria e metodologia: uma reflexão sobre historiografia política imperial a partir das análises de José Murilo de Carvalho, Vamireh Chacon e Boris Fausto / Ana Carolina Barbosa Santos. – 2016.

CD-ROM : il.; 4 ¾ pol. (48f.)

Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2016.

Orientador: Prof^a. Karla Íngrid Pinheiro de Oliveira

1. Historiografia. 2. Brasil-Império. 3. Partidos-Políticos. I. Título.

CDD 907.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e dois (22) do mês de Julho de 2016, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Ana Carolina Barbosa Santos** sob o título **Historiografia brasileira: teoria, metodologia e correntes (1980-1990)**.

A banca constituída pelos professores:

Orientadora: Profª Ma. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira
Examinador 1: Prof. Me. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Examinador 2: Prof. Me. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior
Deliberou pela aprevação do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 9,5.

Picos (PI), 22 de Julho de 2016

Orientador (a): Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira
Examinador (a) 1: Paulo Fernando Mafra de Souza Jr
Examinador (a) 2: Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

Aos meus pa

Heraldo Santos Leal e

Maria Genilda Barbosa de Sousa

AGRADECIMENTOS

Tantas foram as dificuldades superadas e quantas foram as pessoas que, direta ou indiretamente, influenciaram para a concretização deste trabalho. Não poderia deixar de agradecer à Professora Ana Maria Koch pela paciência e confiança, e mais ainda, de não ter desistido de mim, à Prof^a M. Karla Ingrid Pinheiro de Oliveira pela gentileza de me receber como orientanda, suportando e compreendendo meu estado de euforia e ansiedade, ao Prof^o Fábio Leonardo pela disposição em ajudar sempre que precisei, ao Prof. Me. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior que, antes de ser meu professor, nunca negou ouvidos, carinhos e conforto diante as dificuldades em minha vida Acadêmica. A Jayla de Moura Lira, Keliana de Sousa Carvalho e Caroline Pinheiro pela amizade construída ao longo desses quatro anos e meio.

O historiador é um “ponto de vista” sobre seu objeto.

José Carlos Reis

RESUMO

O presente trabalho tem por pretensão, refletir sobre a historiografia brasileira das décadas de 1980-1990, apropriando-se do viés político para analisar as condições teórico-metodológicas em que os pesquisadores pautam suas construções textuais acerca de um determinado contexto histórico: período imperial. Para a análise, foram selecionados três autores e seus respectivos textos: José Murilo de Carvalho em *Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia*; Boris Fausto em *Brasil Colonial, O Primeiro Reinado (1822-1831), A Regência (1831-1840) e O Segundo Reinado (1840-1889)* e Vamireh Chacon em *Os Partidos no Império (1831-1889)*. A seleção ocorreu em virtude de considerar impossível abranger a totalidade histórica do Brasil Império, porém a partir destes pode-se avaliar em que dimensão científica a historiografia contemporânea acomoda suas perspectivas históricas. A análise engloba a discussão da política com ênfase na constituição dos partidos políticos do período imperial, bem como prioriza a história das ideias como método para compreender as intencionalidades que permeiam o universo intelectual ao qual os autores estão imersos.

Palavras-chaves: Historiografia. Brasil Império. Partidos Políticos. Parâmetros Científicos. Império.

ABSTRACT

This work has the intention , reflect on Brazilian historiography the decades of 1980-1990 , appropriating the political bias to analyze the theoretical and methodological conditions in which researchers base their textual constructs about a particular historical context : the imperial period. For the analysis, we selected three authors and their texts: José Murilo de Carvalho in *Os Partidos Políticos Imperiais: composição e ideologia*; Boris Fausto in *Brasil Colonial, O Primeiro Reinado (1822-1831), A Regência (1831-1840) e O Segundo Reinado (1840-1889)* e Vamireh Chacon em *Os Partidos no Império (1831-1889)*. The selection was due to consider impossible to cover the entire historic Empire Brazil , but from these one can assess the scientific dimension to contemporary historiography accommodates their historical perspectives. The analysis encompasses the political discussion with emphasis on the formation of political parties in the imperial period, and prioritizes the history of ideas as a method to understand the intentions that permeate the intellectual universe to which the authors are immersed.

Keywords: Historiography. Brazil Empire. Political parties.

SUMÁRIO

1 TOMANDO PARTIDO	p. 10
2 HISTORIOGRAFIA DO BRASIL IMPERIAL: comentário sobre história política a partir do olhar do historiador.....	p. 17
3 HISTÓRIA POLÍTICA: apropriações metodológicas e teóricas.....	p. 33
4 Político: seu lugar na história.....	p. 44
REFERÊNCIAS	p. 47

1 TOMANDO PARTIDO

A história é vital para a formação da cidadania porque nos mostra que para compreender o que está acontecendo no presente, é preciso entender quais foram os caminhos percorridos pela sociedade brasileira; senão parece que tudo começou quando tomamos consciência das nossas vidas (Boris Fausto, 2002).

Visto que o atual sistema político no Brasil passa por um momento de conturbado conflito, onde os interesses pessoais por parte dos grupos partidários que compõem o aparelho governamental são partes de um jogo político, cujas bases podem estar na gênese da formação da nacionalidade brasileira, o interesse de entender como a historiografia percebe e analisa os fatos que compõem um arsenal de dados foi a peça vital para este trabalho.

O ponto central não é a política em si, mas o que fazem dela. No Brasil esse fenômeno é percebido pelas diversas perspectivas de análises como resultado de uma monarquia patriarcal. A partir da consciência do funcionamento da política é possível estabelecer a influência que ela exerce sobre os outros setores da sociedade como, por exemplo: educação, saúde e cultura. A análise se restringe unicamente ao plano historiográfico do político, mas é preciso ressaltar a dimensão que ela pode alcançar.

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a historiografia política do Período Imperial e analisar a partir da discussão teórico-metodológica entre as diversas correntes da História no campo científico, com ênfase nas discussões levantadas pela Nova História ou Escola dos Annales, partindo da contextualização histórica da sociedade imperial como princípio para iniciar uma análise comparativa entre autores contemporâneos, na perspectiva de compreender como estes construíram suas narrativas acerca da abordagem da temática, bem como suas apropriações do padrão científico em sua época.

A bibliografia sobre o período é bastante extensa e volumosa, abrange vários elementos de discussão como: intelectuais, mídia, partidos políticos, programas partidários, inclusive especialistas da área do político que detêm o conhecimento sistematizado, portanto com suas visões adversas sob uma mesma realidade são capazes de influenciar no processo de construção e constituição de uma mentalidade política predominante em um determinado meio social.

Em virtude de ser impossível abranger a totalidade histórica do Brasil Império, esta análise será pautada a partir do levantamento dos textos de três autores: José Murilo de Carvalho (2007) no texto *Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia*; Vamireh Chacon (1998) no texto *Os Partidos no Império (1831-1889)* e Boris Fausto (2002) nos textos *Brasil Colonial, O Primeiro Reinado (1822-1831), A Regência (1831-1840) e O Segundo Reinado (1840-1889)*.

A escolha dos autores se fez, também, proposital para suscitar outro debate no campo da historiografia: política imperial é abordada nas discussões científicas, na grande maioria, por autores de áreas afins da História como Sociologia, Ciência Política, Economia, Serviço Social, Direito, etc. Outro elemento que dá efervescência ao debate é a condição do posicionamento de cada autor que incide em suas teorias e metodologias na abordagem do assunto.

Três pesquisadores em Brasil Império, porém de áreas distintas, a formação do José Murilo de Carvalho é na área da Sociologia, atua na Ciência Política, mas sua tese de Doutorado é utilizada na Academia de História; Boris Fausto é Historiador, sua atuação é História do Brasil Império e sua obra é utilizada tanto na Academia de História quanto na Educação Básica, bem como a um público em geral; e Vamireh Chacon tem formação na área da Filosofia e na área do Direito, atuando na área da Teoria Política, sua obra é aceita, também, na Academia de História.

Suas análises acerca da abordagem da temática de Brasil Império acarretam aspectos em comum, não que os autores acomodem suas dissertações no mesmo seguimento teórico-metodológico, mas as construções estruturais de suas escritas baseiam-se a partir de alguns acontecimentos marcantes da época – nesse momento o que podemos associar ao parâmetro cientificista positivista. Estamos comparando, analiticamente, indivíduos que procedem a uma contínua histórica da sociedade imperialista brasileira. Autores imersos em outra temporalidade da qual analisam em suas pesquisas, mas que sucederam de certa forma, ao ideário nacionalista tendo sua gênese durante todo o século XIX.

Para enfatizar essa herança ideológica, sobretudo do paradigma científico positivista no âmbito da historiografia brasileira nas décadas que sucederam a 1970 em diante, é de grande importância a transcrição das palavras do autor João Ribeiro Junior:

Se Cousim é banido do pensamento da intelectualidade brasileira, sua herança eclética permanece. O pensamento teórico concretizava-se mercê das diversas correntes positivistas, evolucionistas, constitucionalistas (imitadoras do constitucionalismo norte-americano) e da tradição liberal do Império, vinculada ao empirismo e ao utilitarismo inglês. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p.62)

A partir da observação do trecho acima, fica claro perceber não só o caráter positivista, enquanto modelo científico, mas certa diversidade ideológica na efetivação do pensamento teórico que permeavam na época imperial do Brasil, apesar do autor referir-se ao século XIX e os autores analisados neste trabalho pertencer ao século XX e seus trabalhos científicos circularem, mais especificamente, entre as décadas de 1970-1990, é pertinente que se faça a reflexão acerca da construção da mentalidade brasileira em sua dimensão científica.

Considerando que os traços ideológicos e conseqüentemente cientificistas não demarcam rupturas, nem mesmo transparecem permanências, porém são (re)significadas a cada tempo histórico na medida que suas necessidades sociais se fazem precisas.

Ainda sobre o trecho supracitado podemos analisar em que condições a ideologia incidia no comportamento social da sociedade imperial brasileira comparando-a ao comportamento social contemporâneo dos autores abordados nesta análise. João Ribeiro Junior observa que enquanto o Positivismo na Europa assumia um caráter justificativo, onde a burguesia, de maneira sistematizada, garantia a confiança em seu próprio poder transformador de estruturas; no Brasil, assumia seu caráter político na intenção de se criar uma consciência, mais consistente, da realidade nacional em oposição à ordem político-social dominante. (RIBEIRO JUNIOR, 2006, p. 55-56)

É sob a noção de identidade nacional, que o paradigma Positivista, mesclando diversas teorias importadas da Europa, se constitui ao longo do século XIX. É também, em consequência da prioridade desta identidade genuinamente nacional com seu caráter político, que essas teorias influenciam no campo científico da História Política no século XX, não deixando de considerar a *revolução* no campo científico da Historiografia com os questionamentos da Nova História – Escola dos Annales – ao que diz respeito do Político.

Ao observar os estudos acerca do período imperial pode-se perceber o interesse, por parte dos estudiosos do assunto, em categorizar elementos para

definir seu contexto histórico; exemplificando a linearidade da história, pelo viés Positivista, ao capturar os acontecimentos na sociedade imperial. Estes estudos apresentam-se, quase que estagnados se comparados à gama de possibilidades de estudos historiográficos em detrimento da política imperial.

Os textos utilizados na análise deste trabalho são característicos dessa estagnação historiográfica, porém, nos possibilita novos olhares no que diz respeito à importância do período para a constituição e construção da história política do Brasil compreendida na atualidade.

Ora essa historiografia imperial se limita a organogramas que simplificam a lógica da própria política demarcando a constituição dos partidos políticos através de seus programas e exemplificando a dialética das relações entre as instituições políticas como: Senado, Mistérios, Lojas Maçônicas¹, etc.; ora problematiza aspectos mais densos, como o caso do ideológico que influenciou na construção da sociedade política do período.

Outra característica marcante na historiografia que discorre sobre o período Imperial é a ênfase na história das elites, partindo da compreensão de que o Estado é o elemento central para a discussão da História Política, mais uma característica da história tradicionalista, ligada à cronologia dos “grandes fatos” que registram um dado tempo histórico.

No âmbito da proposta de análise do presente trabalho, observa-se outro fator: a influência do paradigma Historicista, que em Vamireh Chacon é bastante marcante, o autor tece sua discussão a partir de conceitos, como por exemplo, o de democracia, em detrimento da compreensão histórica do recorte temporal. José Carlos Reis em *Historicismo: Aron versus Dilthey* expressa os elementos que compõem este paradigma:

A singularidade vivida é substituída pela singularidade conceitual; a reflexão “filosófica”, que visa ao conhecimento do “interior”, torna-se reflexão “teórica”, que não deixa de considerar as intenções, as significações, os fins das ações individuais, mas os insere em um sistema racional, formal, abstrato, hipotético, ideal-tipo, esvaziado de valor, de vitalismo, de consciência de si, de historicidade. (REIS, 2004, p.49)

¹ A entidade maçônica foi bastante influente na articulação e composição dos partidos políticos no Brasil Império. Discutia-se sobre os rumos da política da sociedade em detrimento da dialética no jogo de interesses e ideologia nacionalista. A Maçonaria é bastante citada na historiografia do período Imperial, porém, até onde pesquisamos não encontramos trabalhos que aprofundassem na discussão.

A partir da citação acima podemos compreender o Historicismo se contrapondo aos parâmetros científicos do Positivismo – aquele Comtiano que pretendia aproximar as ciências humanas aos modelos das ciências naturais, tal como a física – e versa sob uma filosofia crítica da história, priorizando a descoberta do caráter específico do conhecimento histórico e lança suas bases na reflexão conceitual na relação passado-presente, entendendo a história como algo contínuo e subjetivo e o “*historiador como um ‘ponto de vista’ sobre o objeto*”, nisto consiste sua historicidade, a característica dos parâmetros das ciências humanas pelo viés Historicista. (REIS, 2004, p. 44)

Considerando as contribuições dos paradigmas e suas vertentes, bem como as ramificações teórico-metodológicas para validar o conhecimento científico da História, compreendemos que a construção histórica, independente de quaisquer recortes temporal, não está estagnada e submetida ao imóvel e nem ao menos fadada ao progresso linear, nem mesmo que o presente se justifica pelo passado ou vice-versa, mas que o conjunto dessa diversidade de elementos nos possibilita ampliar as discussões historiográficas.

É nesta perspectiva de entendimento que este trabalho firma suas bases para discorrer acerca da análise comparada da historiografia nas décadas de 1980-1990. Para além da dimensão “micro” pertinente ao teórico-metodológico, a discussão proposta só se fez consistente a partir da reflexão acerca dos parâmetros científicos.

José Carlos Reis em *O Historicismo: Aron versus Dilthey* (2004) nos incita a refletir acerca dos elementos que constituem o parâmetro Historicista, René Rémond em *Uma História Presente* (2003) nos faz pensar na pluralidade e interdisciplinaridade no campo da História Política a partir das discussões suscitadas pela Escola dos Annales assim como João Ribeiro Junior em *O positivismo no Brasil* (2006) esboça o paradigma Positivista do século XIX, nos atentando, já, para certo caráter “misto” do pensamento teórico oitocentista.

Os referenciais teóricos utilizados neste trabalho foram: René Rémond em *Uma História Presente e Do Político* (2003); Ciro Flamarion Cardoso em *História e poder: uma nova história política* (2012); José Carlos Reis em *O Historicismo: Aron versus Dilthey e O Marxismo* (2004); Peter Burke em *Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro* (1992); Jean-François Sirinelli em *Os intelectuais* (2003); João Ribeiro Junior *O positivismo no Brasil* (2006) e Sonia Regina de Mendonça e Virginia Fontes em *História e Teoria Política* (2012). Os respectivos autores foram

importantes para a compreensão dos parâmetros científicos, em seus padrões de modelo, bem como para a compreensão das apropriações teórico-metodológicas, mediante os conflitos e transformações no campo científico da história política em meados da década de 1980.

O respectivo trabalho será estruturado seguindo as novas configurações das normas da ABNT, que consideram Introdução e Conclusão como partes do próprio texto. Diante disso, divide-se em quatro capítulos. O primeiro, intitulado *Tomando Partido* que esboça a motivação da pesquisa, seu objeto, os questionamentos levantados a partir da análise, situando o leitor em que dimensão permeia a discussão do trabalho.

No segundo capítulo *Historiografia do Brasil Imperial: comentário sobre a história política a partir do olhar do historiador*, a abordagem da temática partirá da contextualização histórica do período imperial através do “olhar” dos autores selecionados para esta pesquisa. Considera-se de suma importância, a observação como os autores articulam fontes e teoria em suas composições textuais. É dividido em dois momentos; o primeiro, onde se apresenta cada autor e seu respectivo texto, explanando como cada um constrói suas perspectivas de análises e observando qual enfoque embasam suas pesquisas, o segundo momento direciona-se para a análise comparada entre autores no esforço de nortear o leitor para o propósito do trabalho.

No terceiro capítulo *História Política: apropriações metodológicas e teóricas*, os textos são retomados para dar ênfase à reflexão sobre esses autores, mas intensifica-se nas condições teórico-metodológicas. O desenvolvimento da análise comparada ocorre mediante a relação teoria-prática e o embasamento teórico subsidia a análise das fontes, neste caso, a bibliografia. Os teóricos utilizados como referencial neste trabalho tornam possível a construção da discussão acerca do campo da História Política.

O quarto e último capítulo *Político: seu lugar na história* será uma retomada ao percurso do trabalho levando em consideração as contribuições dos historiadores e suas respectivas bibliografias para a historiografia brasileira, bem como fazer uma reflexão crítica acerca dos parâmetros científicos em detrimento da construção histórica no plano do político, enfatizando a pluralidade teórico-metodológica intrinsecamente associada aos parâmetros científicos e ressaltando a influência

positivista para a formação historiográfica do Brasil, considerando a renovação historiográfica a partir dos questionamentos da Nova História.

Quando se propõe investigar sobre algo, a intenção *a priori* é de que no fim se possam encontrar todas as respostas que se levou a investigar. Isso em teoria, no processo de maturação se compreende que elementos diversos e adversos se relacionam paradoxalmente numa contínua. Nas ciências humanas torna-se impossível a obtenção de resultados objetivos, porque a sistêmica dos parâmetros científicos põe em cheque e limita as possibilidades de entendimento de um dado contexto histórico.

2 HISTORIOGRAFIA DO BRASIL IMPERIAL: comentário sobre história política a partir do olhar do historiador

Para analisar a Política do Brasil Império, bem como suas instituições, é bastante pertinente investigar algumas reflexões em abordagens discorridas em volta da temática. Como propósito de análise, este capítulo terá enfoque em três autores: José Murilo de Carvalho, Boris Fausto e Vamireh Chacon, que pertencem a um determinado momento histórico, porém inseridos em contextos sociais distintos. Os respectivos trabalhos são frutos das particularidades intelectuais de cada autor.

Quanto à formação profissional dos autores utilizados nesta análise podemos identifica-los como: José Murilo de Carvalho, Sociólogo pertencente à escola científica da região de Minas Gerais; Boris Fausto, Historiador, pertencente à escola da região de São Paulo e Vamireh Chacon, Filósofo e Advogado atuando na área da Teoria Política, pertencente à escola de Recife.

Apesar dessas produções serem desenvolvidas em território nacional, as tendências teóricas dessas escolas são características a cada região. Enquanto a academia de Minas Gerais e a academia de São Paulo têm tendências teóricas Positivistas, a academia do Recife tem características teóricas do Historicismo.

As questões concernentes aos parâmetros científicos Positivista, Historicista e Marxista, serão retomadas ao longo da discussão do trabalho, o que nos interessa, de imediato, é observar que o marco da historiografia renovada, nos campos do saber científico, ocorreu a partir da Escola dos Annales, que possibilitaram novos olhares sob os registros históricos e suscitaram novos questionamentos acerca das condições teórico-metodológicas no campo da cientificidade.

Nesse contexto, José Murilo de Carvalho em *Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia*, limita-se às questões partidárias da política do Brasil Império, para melhor compreender as divisões internas da elite de poder:

Acrescentamos ao estudo da elite política imperial esta análise dos partidos políticos porque ele nos permite explorar um pouco mais as clivagens internas da elite [...]. Na medida em que for possível relacionar a composição social dos partidos com diferenças programáticas, estaremos também em condições de esclarecer melhor as hipóteses que vimos desenvolvendo com relação aos efeitos sobre comportamento político dos fatores de socialização, treinamento e origem social. (CARVALHO, 2007, p. 201)

Sua análise é voltada para a origem social e a ideologia dos partidos imperiais, realizada através de uma seleção bibliográfica e do estudo de alguns programas oficiais dos partidos e da posição manifesta dos respectivos líderes partidários.

Ao longo de sua investigação, relaciona três posicionamentos distintos de estudos sobre a abordagem: um que nega qualquer diferença entre os partidos imperiais; outro que os distingue em termos de classe social e outro que define pelas seguintes características: a origem regional; origem rural e urbana – esses três posicionamentos podem ser entendidos como uma característica geral observada na bibliografia utilizada pelo mesmo. Interessante destacar, que a bibliografia utilizada para seu trabalho é produto de uma geração de historiadores dos meados da década de 1930 à década de 1950.

Mesmo sem fazer um levantamento exaustivo das várias teses a respeito da origem social e da ideologia dos partidos imperiais, podemos relacionar três posições radicalmente distintas. Aos que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o conservador e o liberal; aos que os distinguem em termos de classe social; há os que distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana. (CARVALHO, 2007, p. 202).

Ao fazer o levantamento, o autor tem como propósito criticar a historiografia do período imperial da década de 1930 e a estrutura teórico-metodológica embasada no parâmetro Marxista, levando em consideração que esses trabalhos científicos partem das condições socioeconômicas da época, para além, o autor atenta para outras possibilidades de investigação sobre a abordagem política do período imperial.

No que tange sua análise sobre o material bibliográfico, José Murilo de Carvalho aponta que as divergências de opiniões entre pesquisadores são resultantes de conclusões precipitadas, pois suas argumentações se norteiam a partir da comparação entre os programas de filiação e ocupação partidária. Para José Murilo de Carvalho, *“a divergência de opiniões provém em parte de premissas teóricas inadequadas, em parte de falta de maior preocupação com o embasamento empírico das afirmações”*. (CARVALHO, 2007, p. 204)

Mais do que uma distinção entre urbano/rural ou profissionais liberais/funcionários burocráticos, a construção e constituição dos partidos se

delineia, pelo menos para José Murilo de Carvalho, partindo da condição regional do Brasil; são as regiões que definem os elementos que caracterizam as divergências de interesses dos partidos, e os donos de terras têm fundamental participação nessas diferenciações: quando estes pertenciam às áreas de produção agrícolas de exportação e de colonização mais antiga, tendiam ao Partido Conservador; quando provinham de regiões menos interessada na centralização da política nacional e na estabilidade do sistema monárquico, tendiam ao Partido Liberal.

Além disso, não se fala em partidos políticos até 1837, pois, na lógica de um sistema político monárquico, cuja figura central de uma organização social era o imperador, as organizações de determinados grupos sociais não dispunham das fundamentações de programas sociais que pudessem codificar uma finalidade e causas que garantissem os direitos de todos.

Na realidade, segundo José Murilo de Carvalho o que existia eram:

As organizações políticas ou parapolíticas, que existiram antes da Independência eram do tipo sociedade secreta, a maioria sob influência maçônica. Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas, tais como a Sociedade Defensora, Sociedade Conservadora e Sociedade Militar. (CARVALHO, 2007, p. 204).

Uma configuração de filiação partidária começa a se esboçar a partir de 1832-1834, quando instituído o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional. Esses eventos possibilitaram a formação dos dois grandes partidos que iriam se manter até fins do Império: Partido Conservador – instituído a partir da coalizão entre ex-moderados e ex-restauradores, e propunham a reforma das leis de descentralização (representava o Regresso) e o Partido Liberal – defensores das leis de descentralização do sistema de poder.

Até 1864 as divergências partidárias entre Conservadores e Liberais eram pautadas nos conflitos regenciais de centralização e descentralização do poder. Maiores mudanças no sistema político só aconteceriam após o surgimento do Partido Progressista após 1864, quando foi elaborado o primeiro programa partidário que enfatizava os problemas de organização e processos judiciais.

Todavia o partido não teve uma longa duração e se dissolveu em 1868. Entre 1866 – quando da fundação do Clube Radical – e 1868 os Liberais Históricos

articularam e publicaram um programa partidário que firmava um compromisso entre radicais e progressistas consumando-se no novo Partido Liberal em 1869:

A queda de Zacarias em 1868 deu o golpe final na coalizão progressista. Em seu lugar organizaram-se em 1869 o novo Partido Liberal e, em 1870, com os elementos mais radicais, o partido republicano. O programa do novo Partido Liberal incluía como pontos principais a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal); Senado Temporário; Conselho de Estado apenas administrativo (não abolição do Conselho); a abolição da Guarda Nacional; as clássicas liberdades de consciência, de educação, de comércio, de indústria; as reformas judiciárias do Programa Progressista; e a abolição gradual da escravidão, a iniciar-se com a libertação do ventre. Como se vê o programa liberal era um compromisso entre as teses radicais e progressistas. (CARVALHO, 2007, p. 207)

Esse firmamento não agradou aos mais radicais surgindo então na cena política o Partido Republicano em 1870, que refletia o pensamento liberal clássico e pedia o federalismo. Para entender a investida partidária ocorrida a partir da ramificação do Partido Progressista, bem como a inserção de novos elementos na dinâmica social da política imperial, se faz necessário salientar o entendimento de José Murilo de Carvalho:

Passada a fase de consolidação do sistema mediante a aliança entre magistrados e agricultores de exportação, enfraqueceu-se a unidade da elite pela entrada de novos elementos e pela diversificação da agenda política. O lento afastamento dos burocratas do seio da elite e a entrada dos profissionais liberais levaram à maior representação dos grupos e setores de classe mais dinâmicos, como ficou claro na distinção entre os setores carioca e paulista do Partido Republicano, isto é, de um lado o liberalismo democratizante urbano, e de outro o liberalismo pré-democrático dos cafeicultores paulista. (CARVALHO, 2007, p. 225)

Nesse contexto, o Partido Conservador perde espaço em decorrência do enfraquecimento das antigas regiões de exportação e o Partido Liberal perde substância com a demanda para o Partido Republicano e liberais urbanos.

Contudo, Boris Fausto em sua obra *História do Brasil*, enfatiza que a chegada da Corte ao Brasil (1808), foi o evento decisivo no plano político nacional, também descreve as circunstâncias que motivaram a família real a se instalarem na Colônia, e os fatores que acarretaram as reviravoltas nas relações entre Metrópole e Colônia. A presença da Corte na Colônia implicava numa alteração do cenário urbano da

Colônia, mas afirma o mesmo, que a marca do Absolutismo acompanharia essas alterações, de acordo com os ensinamentos do Autor:

Se muita coisa mudou, não podemos exagerar o alcance das transformações. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da colônia, mas a marca do Absolutismo acompanharia a alteração. [...] A presença da Corte no Rio de Janeiro contribuiu para dar a Independência o caráter de uma transição sem grandes saltos. Seria engano supor, porém, que os atritos entre a gente da Metrópole e da Colônia tenham desaparecido, por algum tempo, a Colônia se vestiu de Metrópole. Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os interesses portugueses no Brasil. (FAUSTO, 2009, p.127)

Tendo em vista os aspectos mencionados pelo autor, a abertura dos portos, apesar de ter sido impulsionada pelas circunstâncias, a Corte portuguesa se instalou no Brasil porque naquela época Napoleão Bonaparte movia uma guerra na Europa impondo um bloqueio comercial entre a Inglaterra e o continente, e Portugal representava uma brecha nesse bloqueio sendo preciso fechá-la, economicamente falando, favoreceu à Inglaterra, a Portugal e aos proprietários rurais, fatores que podem ser conferidos a seguir:

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos. (FAUSTO, 2009, p. 122)

De acordo com Boris Fausto, o comércio internacional passou a fluir diretamente entre Colônia e Inglaterra, sem ser preciso o intercâmbio de exportação via Portugal. A consequência desses eventos acabou contribuindo para a Independência, porém sem grandes mudanças no sistema burocrático.

A revolução Pernambucana de 1817 se configurou por descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. Com a transferência da Corte para a Colônia, as responsabilidades burocráticas da Metrópole passaram a ser assumidas pela Colônia, de modo que, ainda tinham que se adequar ao peso dos impostos que aumentara consideravelmente, como pode ser observado a seguir:

Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da Corte e os gastos das campanhas militares que o Rei promoveu no Rio da Prata. (FAUSTO, 2009, p. 127)

Além disso, o que fica nítido na discussão do Boris Fausto é o conflito de interesses entre portugueses e grandes proprietários rurais, pois a Coroa não deixa de ser portuguesa e de defender os interesses lusos. A revolução aconteceu durante dois meses e devido ao despreparo e atrito entre os revolucionários as tropas portuguesas conseguiram dar fim às rebeliões deixando grandes marcas no Nordeste, fatos observados no trecho transcrito a seguir:

Os revolucionários tomaram Recife e implantaram um governo provisório baseados numa “lei orgânica” que proclamou a República e estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, em busca também de apoio e reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém, logo em seguida, veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio do Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste. (FAUSTO, 2009, p. 129)

No tocante à Independência, Boris Fausto discorre que ocorreria devido a fatores internos, bem como fatores externos, mas o impulso maior seria os fatores externos. Portugal, com o fim da guerra napoleônica, se via em profunda crise política e econômica, devido à falta do rei e a maior abertura comercial dada ao Brasil que gerava o descontentamento. Por volta de 1820 os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do rei e reivindicar seu retorno à Metrópole, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição com a colaboração de juntas governativas locais no Brasil. Essas revoluções ocorreram mediante o apoio dessas várias capitanias, que com o tempo passaram a ser nomeadas “províncias”, como bem asseverado pelo Autor na passagem literária a seguir:

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do Rei e exigiram sua volta à Metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Estabeleceu-se um critério de representação de acordo com o número de habitantes, cabendo ao Brasil entre 70 a 75 deputados, em um total de mais de 200. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passam a se chamar de províncias. (FAUSTO, 2009, p.130).

Diante da afirmação, podemos compreender que os portugueses tinham propósitos definidos com interesses liberais, por considerarem a monarquia absolutista ultrapassada e por dar novo seguimento a órgãos de representação social, mas pretendia fazer com que o Brasil tornasse a se subordinar a Portugal. Na verdade, esse era um aspecto controverso da revolução portuguesa, pois de acordo com Boris Fausto *“ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal”*. (FAUSTO, 2009, p. 130).

Em sua narrativa, o autor discorre com ênfase sobre as correntes de opiniões que se configuram nesse espaço político: uma corrente em favor dos portugueses, “*facção portuguesa*”, interessados em subordinar o Brasil à Metrópole e “*partido brasileiro*”, que se opunham ao retorno do monarca, em parte de seu texto transcrito a seguir:

O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela “*facção portuguesa*”, formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões dos sistema colonial. Opunha-se a isso e ao retorno do monarca o “*partido brasileiro*”, constituído por grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas cujos interesses tinham passado a vincular-se aos da Colônia: comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre comércio e investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da Colônia. (FAUSTO, 2009, p. 130 - 131).

Diante das articulações políticas que aconteciam através do intermédio das lojas maçônicas, que possuíam características de um núcleo antiabsolutistas, fica evidente a presença marcante do clero nos conflitos sociopolíticos da época, fatos observados nos ensinamentos de Boris Fausto, transcritos a seguir:

No Brasil, onde os padres participaram frequentemente de atos de rebeldia, a maçonaria teve a feição de um núcleo antiabsolutista, cujos membros mais extremados tendiam a defender a independência do país. Por exemplo, um grande número de maçons participou ativamente da Revolução de 1817 e os preparativos revolucionários foram feitos, em boa parte, em clubes e lojas secretas, embora não se possa afirmar que fossem todos ligados à maçonaria. (FAUSTO, 2009, p. 131)

As articulações de grupos de opiniões forneceram subsídios para a consequente independência do Brasil, que ocorreu mediante uma indenização paga à Coroa Portuguesa, destinada a compensar Portugal pela perda da Colônia e não a gerar riquezas no Brasil.

A Inglaterra teve participação fundamental nesse processo, pois além do apoio fornecido ao Brasil, também colaborou financeiramente para a efetivação da Independência, de modo que a nação contraiu a primeira dívida externa, visto que não possuía os recursos necessários, submetendo-se financeiramente à Inglaterra, nesse contexto cumpre salientar o entendimento de Boris Fausto sobre o assunto:

Isso ocorreu em agosto de 1825, por um tratado em que o Brasil concordou em compensar a Metrópole em dois milhões de libras pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia com o Brasil. A necessidade de indenização da Coroa portuguesa deu origem ao primeiro empréstimo externo contraído pelo Brasil em Londres. (FAUSTO, 2009, p. 144).

A independência não pode ser vista como uma troca de domínio entre Portugal e Inglaterra, pois esse evento obrigou a constituição de uma nação brasileira de um estado que tivesse seus órgãos de representação suas instituições seus poderes e suas relações com o mundo externo.

Do ponto de vista político para Boris Fausto, o Império pode ser compreendido em três momentos: Primeiro Reinado – onde se elege uma Assembleia Constituinte para a construção da primeira Constituição nacional, que em decorrência de algumas divergências entre os membros, resulta na dissolução da mesma, sendo D. Pedro I encarregado de instituí-la (1822-1831); Período Regencial – governado por algumas figuras da elite brasileira, surgindo novas divergências, deixando o período marcado pela tentativa de descentralização do poder do território nacional (1831-1840); Segundo Reinado – quando D. Pedro II

assume o império, e onde se articularão os dois principais partidos, quais sejam, Conservador e Liberal, que permanecerá até fins do Império (1840-1889).

Boris Fausto ao analisar a 1ª Constituição evidencia o caráter autoritário, marcado pelo Poder Moderador e sugere as motivações desse caráter: a dissolução da Constituinte, tal qual explicitado no trecho abaixo:

A disputa entre os poderes acabou resultando na dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro, com o apoio dos militares. [...] Logo a seguir, cuidou-se de elaborar um projeto de Constituição que resultou na Constituição promulgada a 25 de março de 1824. [...] A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao “povo”, embora devamos entender por “povo” a minoria de brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política. (FAUSTO, 2009, p. 149)

O período verificado, também foi marcado pela divisão de poderes entre portugueses e brasileiros, pelo controle do país, do exército nos cargos mais altos, mas tendo em vista a sucessão do trono e o regresso de D. Pedro I a Portugal, esses interesses tende a serem mais intensos nos períodos seguintes.

Justamente na Regência, fica nítida as disputas no que diz respeito à centralização e descentralização do poder, por essa ocasião, a maioria do príncipe regente D. Pedro II foi antecipada, e aos quatorze anos assume o governo; um movimento apressado pela tendência Liberal e não Conservadora da época, conforme o exposto a seguir:

Por um desses paradoxos comuns à política, e mais ainda à política brasileira, não foram os conservadores, mas os liberais, que apressaram a ascensão de Dom Pedro II ao trono. Superados pelas iniciativas “regressionistas”, os liberais promoveram no Congresso a antecipação da maioria do rei por mais uma interpretação arranjada do Ato Adicional. (FAUSTO, 2009, p.175).

O importante a ser ressaltado, é que no período posterior ao Segundo Reinado, houve um consenso entre elites, e que o imperador D. Pedro II ponderava as divergências existentes entre ambos, no intuito de não ter que recorrer às armas e equilibrar essa relação dual entre os partidos.

Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas, de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia

sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, p recurso às armas se tornou desnecessário. (FAUSTO, 2009. P. 179-180)

Em síntese, o interesse de Boris Fausto é analisar a formação da política brasileira a partir do período pré-imperial, bem como, dissociar as divergências de interesses entre os grupos das elites na conquista do poder. Além de uma considerável bibliografia, se utiliza de jornais e algumas documentações como fontes para subsidiar suas argumentações acerca da temática, constrói uma narrativa clara, rica de dados que podem ser utilizados como indicativos em análises.

Nesse diapasão, Vamireh Chacon em *Partidos no Império (1831-1889)* analisa a conturbada formação dos partidos políticos no período imperial, partindo do preceito de que a instalação da família real na Colônia contribuiu para a constituição de uma política paternalista, e que a permanência do príncipe regente D. Pedro I após o retorno de D. João VI a Lisboa, reafirmou a continuação dessa legitimidade constitucionalizada pela monarquia, como pode ser conferida a seguir:

A transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 foi providencial para a sociedade patriarcal brasileira, do ponto de vista político. Ela encontrou um protótipo legal para formalizar sua dominação tradicional e patrimonial. A permanência do príncipe regente após o retorno dos seus pais a Lisboa, significou a certeza da continuação daquela legitimidade devidamente constitucionalizada pela monarquia. (CHACON, 1998, p.23)

Em sua análise, ressalta as divergências de interesses que compunham os grupos partidários e a dinâmica de suas relações. Para tanto, introduz o assunto discorrendo que as articulações dos partidos começam antes mesmo da Independência e que suas perspectivas eram refletidas em jornais que circulavam na época.

A palavra “partido” era mal vista na sociedade, além disso, é perceptível uma diversidade de nomenclaturas para referir-se às articulações pré-partidárias, dependendo do posicionamento tomado por cada jornal em relação às afinidades com cada partido. O autor cita que essas subdivisões atingiram, também, as sociedades maçônicas, quando estas divergiam em interesses, e para expor essa compreensão cumpre salientar o trecho destacado abaixo:

José Honório autor de pormenorizada pesquisa a respeito, mostra que as subdivisões atingiam também os mações: moderados quando procuravam um acordo entre cristianismo medieval e iluminismo racionalista, e extremistas, quando republicanos e democratas. Esta direção repercutiria depois na divisão entre o Grande Oriente sediado na Rua do Lavradio e o Grande Oriente na Rua dos Beneditinos, ambos no Rio de Janeiro. (CHACON, 1998, p. 24)

Nesse contexto, além das subdivisões, o autor atenta que a questão ideológica dos partidos se submete à condição apenas legal-formalista, cujo interesse real, era mostrar às matrizes internacionais da dominação econômica que o Brasil era diferente dos outros países de colonização, quais sejam África e parte da América Latina, conforme citado abaixo:

O que confirma o que dissemos no capítulo anterior: atitude apenas legal-formalista, para dar satisfação aos modelos teóricos, que a elite estamental tinha na cabeça, e mostrar as matrizes internacionais da dominação econômica, que éramos diferentes da África e da maioria da América Latina. Para merecermos parceria melhor, se possível. (CHACON, 1998, p. 25).

Outro aspecto que pode ser verificado na análise do autor é a importância dada aos conflitos entre grupos, evidenciando as articulações dessas elites para o fortalecimento do poder estamental que seria alcançado através das reformas em embate aos opositores de força ao governo, ou seja, os movimentos revolucionários – Revolução Pernambucana de 1817 e 1824, dentre outras rebeliões que antecedem à formalização de filiações partidárias de 1837 – seriam cessados com a força preponderante da Constituição, como sendo ato unilateral do monarca.

A abdicação impulsionou a vida partidária no plano político, as divergências de interesses delineavam as características dos partidos, os exaltados, republicanos e revolucionários formavam o Partido Liberal; os moderados e partidários da Constituição formavam o núcleo do Partido Conservador; e os reacionários, defensores da volta do Imperador formavam o Partido Caramuru, o qual se dissolveu após a morte de D. Pedro I, essa informação pode ser destacada abaixo, quando o autor suscita a compreensão de João Camilo de Oliveira Torres:

“A Abdicação foi o ponto de partida para a vida partidária brasileira...”
 “Depois dos 7 de abril (de 1831) as tendências divergentes tomaram os seus rumos próprios: os ‘exaltados’, que, com os republicanos e os revolucionários de toda ordem, agrupar-se-iam no Partido Liberal; os ‘moderados’, os partidários da Constituição que seriam o núcleo

do Partido Conservador; os reacionários, adeptos da volta do Imperador deposto – o célebre partido ‘Caramurum’ que desapareceu com a morte de D. Pedro”. (CHACON *apud* TORRES, 1998, p.28)

Nesse momento regencial, os dois partidos de força, Conservador e Liberal, divergiam quanto ao sistema político vigente, pois enquanto os Liberais queriam uma nova Carta dissolvendo a marca do absolutismo outorgada e liberassem as províncias tornando o Senado temporário, recusando ao monarca as várias atribuições do Poder Moderador, os Conservadores aceitavam a Constituição ‘jurada’ como outorgada assim como todas suas instituições, como bem assevera João Camilo de Oliveira Torres:

“A Constituição era, até certo ponto, limite entre os dois partidos; o Conservador aceitava a Constituição ‘jurada’ e aceitava-a como outorgada assim como todas as suas instituições. Os liberais queriam nova Carta, que não possuísse a marca absolutista da outorga, e que libertasse as províncias, tornar-se temporário o senado e recusasse ao monarca as várias graves atribuições do Poder Moderador, esta última reivindicação posta de lado pelo visconde de Ouro Preto na sua tentativa final em 1889”. (CHACON *apud* TORRES, 1998, p. 28)

De certa forma, a Constituição era o ponto de relação entre os dois partidos, a composição das facções no período da Independência ocorreu da junção de grupos pré-partidaristas que tendiam aos interesses em comum, nesse sentido, o sistema monárquico era a válvula que intermediava os interesses desses partidos. Nesse contexto, cabia ao Imperador a grande tarefa do Poder Moderador, ou seja, nos conflitos entre ambos a presença do rei servia para assegurar a legitimidade da Monarquia, já constitucionalizada.

O autor ao discorrer suas argumentações acerca da composição partidária no período imperial, elenca alguns elementos que contribuíram direta e indiretamente com as oscilações recorrentes no sistema político. Por exemplo, cita as manifestações de outros setores da sociedade como a Igreja e o Exército, tomando partido em determinados momentos no percurso do sistema político, para salientar a informação, julga-se necessário destacar o comportamento destas instituições no que tange ao plano político do período:

[...] a Igreja frearia as reivindicações sociais, aconselhando moderação aos impacientes...

Mas como fazê-lo, se estiver enfraquecida pela aceitação do pluralismo religioso da separação de fato entre Estado e Igreja, apesar da letra então da lei em sentido contrário? ... (CHACON, 1998, p.42)

O Exército, já muito analisado como o canal que começava a ser preferido para a ascensão social pelos setores inferiores da nascente classe média por isto mesmo tinha pressa. (CHACON, 1998, p. 32)

Alguns líderes eclesiásticos criticavam as ações do aparelho governamental que, de certa forma, apaziguavam as tensões entre os partidos, mantendo-os numa dinâmica de troca dentro das instituições de maior representatividade nas decisões como no caso dos Ministérios, através dos dados é coerente afirmar que existia o troca-troca entre Partido Conservador e Partido Liberal e assim garantindo o ciclo político.

Na verdade, o interesse de Vamireh Chacon é demonstrar que os conflitos políticos aconteciam tanto na dimensão interna da política, quanto alcançava a outros setores da sociedade. E é justamente desses conflitos que se encontra a força motriz para a continuidade do sistema patriarcal brasileiro.

Diante da análise de como ocorreu o processo de formação dos partidos políticos no período imperial, é importante delimitar alguns eventos que auxiliará melhor a compreensão do assunto, quais sejam, a Revolução Pernambucana (1817), os confrontos entre grupos e a Constituinte.

Os autores analisados no presente estudo discorrem sobre os três eventos citados no decorrer da discussão, quais sejam a 1ª Constituição de 1824, o Período Regencial e o Segundo Reinado, todavia é Boris Fausto quem dá particular atenção a Revolução Pernambucana, configurando um elemento adicional e complementar ao estudo. O José Murilo de Carvalho se volta para a composição da elite de poder no Brasil Império, ao debruçar-se sobre as questões políticas seu interesse é o de entender como eram as divisões internas dessa elite. O Vamireh Chacon se preocupa em caracterizar os partidos imperiais, seja na dimensão econômica ou ideológica.

O autor Boris Fausto nos faz compreender a Revolução Pernambucana como um manifesto de resistência ao sistema burocrático português, visto que este limitava os interesses econômicos do Brasil, enquanto país independente. O

manifesto de resistência foi um movimento que tomou força em todo nordeste do território brasileiro, todavia não obteve êxito, mas contribuiu para acentuar as divergências de interesses e definir as condições de desenvolvimento do sistema político imperial.

Os conflitos que José Murilo de Carvalho define como sendo pontos centrais de entendimento sobre a política do Período Imperial, com enfoque no período regencial, pressupõe ser a questão da centralização e descentralização do poder econômico, onde as articulações de grupos que comungavam os mesmos interesses começavam a fluir e a influenciar esse sistema nas decisões outorgadas na legislação.

É importante destacar que Boris Fausto apresenta uma narrativa da História do Brasil, portanto seu texto rico em informações, porém carente de análise mais aprofundada, nos proporciona uma melhor compreensão nas discussões incitadas por José Murilo de Carvalho e Vamireh Chacon que se voltam à análise da condição dos partidos políticos em pleno processo de formação durante todo o período imperial.

Considerando que entre José Murilo de Carvalho e Vamireh Chacon, apesar de partirem de perspectivas adversas, há um consenso em relação ao sistema que se pretendia alcançar aquela sociedade: os anseios da elite de poder, por detrás dos programas partidários, eram interesses de reajuste no sistema governamental, caracterizando o aspecto contraditório entre seus discursos programáticos e suas características da sociedade patriarcal, como se pode observar no trecho abaixo:

O discurso programático partidário do império acabava sucumbindo à práxis imediatista do poder, por conta de incipiência do patrimonialismo, latifundiário e portanto pré-capitalista, e de insuficiência teórica do estamento deixando-se dividir internamente e golpear-se por seu braço armado. (CHACON, 1998, p. 54).

As efervescências dos pequenos grupos se consolidaram nos dois partidos de peso o Conservador e o Liberal. Para Vamireh Chacon o posicionamento ideológico de ambos era apenas legal-formalista, para dar uma falsa aparência de aderência ao sistema econômico exterior dos países capitalistas que manipulavam o mercado internacional – o Brasil queria demonstrar à Inglaterra que era diferente das outras regiões de colonização como América Latina e África. Vamireh Chacon define as

atitudes políticas partidárias paradoxais na medida em que o esforço em manter a unidade do país por vias do sistema político patriarcal se chocava com os interesses econômicos do mercado internacional.

A Constituinte foi outro evento destacado pelos autores que contribuiu consideravelmente para a (re) afirmação do modelo governamental patriarcal. Boris Fausto cita que as divergências ocorridas entre os grupos de força na Assembleia – Partido Conservador e Partido Liberal – foi fator determinante para que a Constituição de 1824 fosse instituída de maneira imposta e autoritária, pois Dom Pedro I desconsiderou a Assembleia e outorgou-a sozinho.

Para analisar como acontece o debate na historiografia, cabe neste momento expor as visões de três analistas políticos, e enfatizar suas respectivas formações acadêmicas José Murilo de Carvalho, sociólogo e Boris Fausto, historiador; e Vamireh Chacon, formado em filosofia e direito, atuante a teoria política. Ressaltando que são contemporâneos, com metodologias de análises adversas, mas a tipografia das fontes utilizadas são basicamente as mesmas, consistentes principalmente em jornais da época, historiografia sobre o período imperial, documentos oficiais, dentre outros.

O debate político no campo da História tem passado por avanços e tendências, sobretudo a partir da década de 1970. Sob influência da “Escola dos Annales”, Ciro Flamarion Cardoso suscita Jacques Julliard ao discorrer sobre reabilitação e renovação metodológica para uma História política. De acordo com Jacques Julliard, existem diversos tipos de história política.

O texto do Boris Fausto, por exemplo, se aproxima de uma história política como narrativa. Em *História e poder: uma nova história política?*, Ciro Flamarion Cardoso descreve (premissas de Jacques Julliard) essa “tendência” em que a política domina uma exposição ordenada do que acontece às sociedades humanas. É notória essa característica no texto do Boris Fausto, quando consideramos que a estrutura de sua escrita é baseada nos eventos que centralizam a política do período analisado, a lógica do texto se limita aos fatos cronologicamente ordenados para a compreensão da história da época. Levando em consideração que o texto utilizado do Boris Fausto é destinado a um público em geral, sua escrita é de fácil entendimento, portanto é uma história sintetizada que não dispõe de análise mais aprofundada.

O texto do José Murilo de Carvalho é voltado para o público acadêmico, possui uma leitura densa e objetiva lançar questionamentos acerca de sua abordagem. Em termos de teoria, podem-se associar sua escrita a uma história política como uma sociologia histórica do poder, onde a estrutura do poder e a linguagem são mais importantes do que o estudo dos seus efeitos tais como nas ocorrências políticas específicas.

A preocupação do autor em analisar partidos políticos imperiais é o de identificar a elite de poder, composição e divisões ocorridas no interior da mesma para a formação dos partidos imperiais e verificar a ideologia que compunha essa elite e conseqüentemente os partidos. Essa perspectiva metodológica, por vezes se confunde com regularidades estruturais pertencentes às ciências sociais de modo geral.

Já no texto de Vamireh Chacon, o debate acerca dos partidos políticos acontece de maneira diferente, pois sua metodologia e teoria são essencialmente da ciência política. Ao verificar a formação dos partidos imperiais contextualiza a época, mas se detém à análise dos conflitos ideológicos que julga serem importantes para a constituição partidária, bem como verifica as condições socioeconômicas dos grupos dominantes.

Por vezes, ao ler José Murilo de Carvalho e Vamireh Chacon, se compreende que ambos (direta ou indiretamente) analisam a consolidação dos partidos políticos em detrimento das relações de poder estabelecidas para a manutenção do sistema político no Brasil Imperial.

Contudo, as abordagens sobre a temática no campo historiográfico não se encerram. Neste Capítulo, foram analisados três textos correspondentes ao período imperial, que baseia a discussão do presente estudo, compreendendo que a análise dos mesmos não suporta a totalidade numa dimensão “macro” da historiografia política brasileira. Porém, exemplifica como essas discussões são pautadas metodologicamente, e como suas perspectivas teóricas norteiam a uma gama de possibilidades em futuras investigações.

No capítulo seguinte, as questões metodológicas e as condições teóricas serão aprofundadas, de modo, que possamos entender como a historiografia utilizada para esse trabalho, se apropriou dos elementos metodológicos teóricos e conceituais da Ciência Política, considerando as mutações na História Política, desde a crítica da Escola dos Annales.

3 HISTÓRIA POLÍTICA: apropriações metodológicas e teóricas

Neste capítulo, será dada ênfase na análise dos trabalhos dos autores José Murilo de Carvalho, Boris Fausto e Vamireh Chacon – neste momento a análise tenderá a se intensificar – com o propósito de comparar as teorias e métodos em suas pesquisas historiográficas e de como suas escolhas indicam intencionalidades. Para que possamos ter uma compreensão, é preciso delimitar os objetivos pretendidos neste estudo e quais elementos estão sendo utilizados para que se possa alcançar um entendimento do assunto, para tanto cumpre salientar as discussões do autor René Rémond em sua obra *Por uma História Política*:

Existem portanto modas intelectuais ou descobertas cujas sucessão desenha a história da disciplina e a configuração de suas orientações: sob o impulso de uma personalidade excepcional, ou pela irradiação de alguma obra mestra, ou ainda devido a convergência de vários fatores contingentes, uma geração abre uma passagem em alguma direção que descortina novas perspectivas e enriquece o conhecimento global. (RÉMOND, 2003, p.13)

A partir dessa afirmativa, este trabalho se fixa na ideia de que a historiografia, o labor da história, assim como a história e suas transformações, passa por esse mesmo processo de oscilações e mutações em suas correntes. Ressaltando que o foco argumentativo, é justamente perceber através da análise comparativa desses autores, essas mutações das ideias em um determinado contexto histórico.

Ora, a historiografia sobre o período imperial analisada neste trabalho abrange três autores que produziram seus trabalhos em um determinado tempo, portanto contemporâneos (século XX), porém, imersos em contextos sociais diferentes, todavia, tendenciosos pelas mesmas leituras, mas com apropriações particulares a cada um. Não se pretende aqui, afirmar os posicionamentos de cada autor, mas incitar o leitor a possibilidades de interpretação acerca de uma dada discussão. Considerando as similaridades existentes entre os três, tanto no aparato teórico-metodológico quanto na estruturação de seus textos.

Para melhor compreensão das informações de cada um dos autores, optou-se por algumas características teóricas e metodológicas percebidas nos respectivos trabalhos no intuito de abranger a discussão no campo, não apenas, da História Política, mas também da Ciência Política, considerando que a História muito se

utiliza de elementos de outras áreas do conhecimento em suas pesquisas científicas.

No que diz respeito às teorias que envolvem os trabalhos, o autor José Murilo de Carvalho nos atenta para a definição de “elite”, sua compreensão do conceito do termo está intrinsecamente associada com a noção de Estado, como pode ser observado a seguir:

Acrescentamos ao estudo da elite política imperial esta análise dos partidos políticos, porque ele nos permite explorar um pouco mais as clivagens internas da elite [...] Na medida em que for possível relacionar a composição social dos partidos com diferenças programáticas, estaremos também em condições de esclarecer melhor as hipóteses que vimos desenvolvendo com relação aos efeitos, comportamento político dos fatores de socialização, treinamento e origem social. (CARVALHO, 2007, p. 201, grifo nosso)

Diante do citado acima, pode-se observar que o trabalho do autor se norteia a partir da constituição da elite de poder e suas peculiaridades, sendo ela responsável pela dinâmica política no sistema estamental da época. Suas análises são pautadas numa centralidade do “poder” do indivíduo num determinado coletivo, há aqui uma relação de poder no que diz respeito à sociedade do período imperial em suas dimensões: ideológica, política e cultural.

É preciso frisar que José Murilo de Carvalho ao investigar sobre a política imperial, tem por objetivo criticar uma historiografia com bases teórico-metodológica no Marxismo, visto que suas fontes são trabalhos escritos em meados da década de 1930.

Considerando a crítica do autor à historiografia da década de 1930-50 observa-se que os métodos de exposição das ideias desses textos partem sempre das dimensões econômicas e sociais para se justificar uma determinada lógica de sociabilidade. Nesse diapasão, José Murilo de Carvalho entende que não são, apenas, as condições econômicas que nos possibilita o entendimento sobre determinado contexto histórico e sua determinada política.

Pela observação dos aspectos estudados, em José Murilo de Carvalho parece-nos que a condição Política, em sua essência² se ausenta, mas ao contrário,

² A utilização da palavra nesse contexto nos permite avaliar a dimensão da própria discussão suscitada neste trabalho, ora a análise enfoca os conflitos entre parâmetros científicos e a diversidade de correntes direcionando para as questões teórico-metodológicas. Neste sentido, a palavra não tem por intuito denunciar um posicionamento filosófico-científico, mas para

ganha novo olhar na historiografia, pertencente de um movimento intelectual, que para além, da visão positivista e codificada de explicação das relações sociais, leva em consideração uma dada cultura política³.

Para ele os métodos marxistas de análise, utilizados em meados da década de 1930, não nutrem mais, ao aprofundamento dessas investigações demandando possibilidades outras de construção da história do político e para além das condições econômicas e sociais a mentalidade constitutiva de uma dada época possibilita-nos observar os meios pelos quais essa “política” se constituiu nesse meio tempo, apesar dessa percepção no autor, ainda vir carregada de sutileza, no sentido de sua estrutura textual apresentar características de uma história tradicionalista, levando em conta a história das elites, mas apresentando novas metodologias de análise.

Trabalhar historiografia que aborda a política do período imperial é desafiador por dois motivos: por ser um período que o plano político se apresenta um tanto limitado, se levado em consideração à autonomia política da nação brasileira, enquanto território independente; e por compreendermos que as bases da política autônoma do Brasil no sentido da Colônia se emancipar politicamente da metrópole na tomada de decisão das questões que dizem respeito à nação, começam a se constituir neste mesmo período. Enquanto ao limitado, retifica-se não pela a escassez de autenticidade da produção política nacional, mas por ser justo o momento dessa tomada de autonomia.

Se tratando de autonomia política, recordemos que a política imperial tinha suas bases num sistema burocrático monárquico de origem portuguesa, cujo sistema primava, antes por um território independente, por a manutenção de uma hierarquia do poder onde a figura do imperador era fundamental para conservar o patriarcalismo monárquico.

O Autor Boris Fausto quando discorre sobre a presença da Corte na Colônia, destaca a característica da essência da Política no Brasil Independente, ao afirmar que houve transformação no cenário da Colônia, mas que preponderava a marca de um absolutismo:

compreendermos que, enquanto sujeitos dotados do conhecimento científico, somos partes de um todo.

³ As abordagens políticas, a partir da Nova História, considera a história das mentalidades como categoria de análise para compreender um determinado período histórico, ou seja, a cultura como válvula de construção e constituição de uma dada época.

A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração. Um exemplo disso é a imprensa. O primeiro jornal brasileiro – a Gazeta do Rio de Janeiro – tinha caráter quase oficial, e estava sujeito, como todas as demais publicações a uma comissão de censura encarregada de “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. (FAUSTO, 2009, p.127)

O trecho acima nos permite a compreensão de que, além das reviravoltas conflituosas entre Metrópole e Colônia, podemos analisar que o movimento de identidade nacionalista no que diz respeito à autonomia político-econômico-social desse território, começa a se engendrar nesse momento.

Entendendo que todo um suporte burocrático passa a ser instalado no Rio de Janeiro, a vida econômica e social passa por mutações no decorrer desses fenômenos sociais, e os habitantes que aqui desenvolviam suas atividades e tinham suas relações socioculturais, passaram a manifestar resistências diante um sistema político, já definido.

Em virtude do que foi mencionado, o que nos interessa é analisar os recursos em que Boris Fausto se apoiou para a construção do seu trabalho. Em primeiro lugar, é necessário deixar claro para o leitor, que o texto utilizado para a presente análise alcança a uma diversidade de público, diferente dos textos de José Murilo de Carvalho e Vamireh Chacon, e que por si, possa justificar seu caráter didático.

Embasado por uma metodologia narrativa e estrutural que versa sob uma linearidade dos fatos e tem por primazia as grandes datas/fatos como fatores determinantes para a compreensão das relações sociais no período imperial, podemos sugerir que sua escrita está mais voltada para a literatura do que com o conhecimento científico, tal qual os ensinamentos de Réne Rémond:

Enquanto a vocação do historiador é interrogar-se sobre o sentido dos fatos, enquanto sua especificidade reside, em consequência disso, numa atitude interrogativa, e seu papel é formar hipóteses explicativas, a história política permanecia uniforme narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos só temperava a mediocridade de uma descrição submetida a cronologia pelo talento eventual do autor, que então fazia que sua obra se aparentasse mais com a literatura que com o conhecimento científico. (RÉMOND, 2003, p.17).

Para tanto, o trabalho do Boris Fausto por vezes transita entre uma história política narrativa e uma história política como sistema explicativo, tendo em vista que a própria política proporciona as principais hipóteses de explicação que se constrói como pode ser observado no estudo teórico do Ciro Flamarion Cardoso:

Nesse caso, a política proporciona as principais hipóteses de explicação que se constrói. Assim, às vezes uma história centrada no Parlamento parece dar conta do que vem acontecendo aos ingleses há vários séculos, ou, em outras palavras, a história coletiva dá a impressão de derivar das expressões deliberadas das elites. (CARDOSO, 2012, p.44)

Na leitura do texto do autor Boris Fausto, é evidente sua argumentação e fundamentação sobre a constituição política no período imperial justificando tal como foi a política do império num sistema explicativo de dados estatísticos, algum momento ou outro no corpo do texto encontra-se gráficos. Os documentos oficiais, dentre alguns recortes de jornais que circulavam à época do império, constitui as bases de sua narrativa.

O historiador René Rémond ao referir-se ao processo historiográfico e de toda uma revolução da “Nova História” como fatores determinantes para as novas vertentes de análise define a fragmentação na História Política, no trecho transcrito abaixo:

Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono duradouro ou passageiro e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior. Era, pois, provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica e social se fizessem às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo. (RÉMOND, 2003, p.14).

Suas reflexões nos faz pensar a escrita narrativa do Boris Fausto envolta de uma perspectiva de uma história dos fatos políticos, em constante declínio, pois a valorização das questões ora econômica, ora social incita a novos olhares, demandando metodologias e teorias diversas.

Ao discorrer sobre as movimentações partidárias, Boris Fausto mantém sua narrativa, apesar de compreendermos que se tratando de história dos partidos, o campo se restringe a uma análise factual, e que numa lógica de análise

historiográfica só faz sentido conectivo, em detrimento do contexto histórico, se observada a partir de uma história de longa duração, o que podemos perceber nas palavras do autor Serge Berstein:

[...] Restituindo assim a realidade cotidiana da vida, das formações políticas, ordenando os epifenômenos que afetam os contemporâneos e cujo rastro permanece facilmente identificável em documentos diversos, esses trabalhos resultavam numa história-crônica, oferecendo material útil mas abrindo facilmente o flanco às críticas endereçadas a história factual, tida como um gênero inferior em comparação com a história quantitativa, que gozava do prestígio científico associado à utilização dos números. (BERSTEIN, 2003, p. 57)

Diante da comparação e análise dos métodos e teorias que embasam os textos dos respectivos autores, é de grande importância considerá-los enquanto indivíduos engajados intelectualmente e que transparecem em suas escritas, intencionalidades na construção historiográfica do determinado período delimitado, qual seja, Brasil Império.

Não se trata aqui de uma história biográfica – mesmo porque a válvula de discussão é a dimensão política do período imperial e a formação dos partidos políticos; sua constituição e sua continuação, bem como se analisa as contribuições da historiografia brasileira para o cenário político do império – mas é preciso esclarecer: métodos e teorias são amalgamados a partir do olhar de um, antes pesquisador, indivíduo movido por aquilo que o inquieta, portanto, fadados a “escolhas”.

Vale suscitar Jean-François-Sirinelli na discussão acerca dos intelectuais e suas importâncias para a dimensão política de um dado tempo histórico. Entendendo, que as fontes comparadas, aqui, não se referem a biografias – os textos versam sob um dado período histórico e uma dada temática, sendo que seus autores pertencem a outro contexto histórico – mas compreendendo que estes autores não deixam de influenciar a História Política de seu tempo em detrimento de suas construções textuais.

É chegada, afinal, para esta história das paixões francesas que é a história política dos intelectuais, a hora da História, com esta maiúscula que convém a toda atividade de pesquisa que possui status científico reconhecido [...] “os especialistas em ciência política,

pelo menos na França, haviam-se preocupado muito pouco” com esses problemas até então e, enquanto Louis Bodin e Jean Touchard definiam um quadro conceitual, Réne Rémond acentuava que “o comportamento político dos intelectuais merecia por si só um estudo. (SIRINELLI, 2003, p.231)

No texto *Os Intelectuais* (2003), o autor abre o debate na dimensão do político, utilizando biografias como fontes históricas, pertinentes para a construção historiográfica. Para dar consistência ao fio condutor deste trabalho, julga-se de grande importância perceber esses autores – José Murilo de Carvalho, Boris Fausto e Vamireh Chacon – enquanto indivíduos políticos engajados intelectualmente, que influenciam a História do Político, em seu tempo, pelas suas inclinações e tendências com características que repercutem em suas escritas.

No entanto, compreender as permanências e rupturas, para além da (re) produção da história do político, é problematizar quem escreve, de onde e de que tempo histórico este escreve, portanto, diante o processo de mudanças no campo da cientificidade, a historiografia política se renovou e os historiadores tem fundamental participação – considerando-os autores da História – tanto no seu engajamento intelectual, são formadores de opiniões, quanto na seleção de suas teorias e metodologias de análise.

Voltando às distinções teórico-metodológicas, observa-se que: enquanto José Murilo de Carvalho baseia seu trabalho partindo da ideia de “elite”, Vamireh Chacon discorre sobre o conceito de “democracia”, baseado no entendimento de Hans Kelsen, expressando a noção desse conceito no segmento a seguir:

Hans Kelsen cunhou a expressão: toda democracia é democracia de partidos. Por sua estrutura pluralista, o próprio governo democrático é constituído pelo partido, ou partidos, representativo das suas partes, ao lado dos grupos de pressão. (CHACON, 1998, p. 11)

Evidente que suas questões e posicionamentos se norteiem por “caminhos” adversos, embora num momento ou outro, suas construções textuais aparentem similares, talvez em decorrência da tipografia de fontes utilizadas por ambos e/ou por pertencerem a uma geração de pesquisadores. Antes de analisar como Vamireh Chacon se volta para a política do período imperial, algumas ressalvas são precisas, para a compreensão teórico-metodológica do seu trabalho.

Na obra *História dos Partidos Brasileiros*, o autor contextualiza historicamente os percursos em que o conceito de democracia adequou-se aos sistemas governamentais. No texto *Parâmetros Metodológicos*, cabe citar o ponto de vista de Vamireh Chacon ao discorrer sobre sua compreensão de democracia em detrimento de uma sociedade de Estado Moderno:

Diante das contradições geradas pelos partidos, ou suspira-se pela autocracia iluminada ou deseja-se a democracia direta, aquela na prática pior que a democracia representativa partidária e está só melhor em teoria, pois impossível numa sociedade pacificada. (CHACON, 1998, p. 16)

Como seu estudo é estritamente sobre os partidos políticos – um dos elementos que compõe o universo do político – seu objetivo se restringe em compreender as correlações entre discurso e práxis nos programas partidários, tal qual se observa no trecho abaixo:

Queremos aqui decifrar apenas a correlação entre discurso e práxis nos programas partidários brasileiros. Nada mais. Para isto temos de recorrer à moderna linguística nos seus limites com a Retórica no sentido de Aristóteles, mediada pela Semântica e Antropologia Linguística. [...]

No discurso e na práxis dos programas partidários, coerentes ou contraditórios, movimenta-se dialeticamente a vida social, às vezes por subterrâneos, ora aforando ou irrompendo na superfície. (CHACON, 1998, p. 16-17)

Seu trabalho é pautado na cronologia dos fatos que demarcam a importância do período analisado; mas sua atenção maior está nos questionamentos pontuados a partir do que aproxima discurso e *práxis* desses programas.

Enquanto José Murilo de Carvalho preocupa-se em caracterizar uma elite de poder e nos remete à ideia de uma estrutura social organizada, a partir desta, Vamireh Chacon ousa observar nos programas partidários o que há de relativo com suas práticas no cotidiano da sociedade imperial. Poderia arriscar em dizer que Vamireh Chacon, para além de cronológico, discorre sobre uma história factual, pois

quando analisa partidos políticos, delimita um determinado momento histórico, bem como focaliza os acidentes conjunturais⁴.

Mesmo trabalhando com certa descrição cronológica, Vamireh Chacon não deixa de se preocupar com a ideologia envolta do período imperial, ou seja, seu texto apresenta-se diferente ao do Boris Fausto no sentido de não seguir uma história como narrativa dos grandes fatos.

A discussão proposta por Vamireh Chacon, é o debate acerca dos programas partidários instituídos no período imperial e em detrimento disso traça um panorama conceitual sobre as ideologias que circundavam à época no intuito de compará-las ao cotidiano social do período. Não que José Murilo de Carvalho não tenha suscitado em seu debate as condições das camadas sociais em geral do período, mas essa intenção é bem mais intensa em Vamireh Chacon.

Mas quando o povo quis que o liberalismo também fosse seu, entre a Constituição outorgada e a Abdicação de Pedro I, em 1824 e 1831, a palavra “liberal” voltou a ser “subversiva, apagada e vilipendiada pelo absolutismo. (CHACON, 1998, p. 25)

O curioso desse trecho é justamente compreender que nesse período dito *patriarcal e escravocrata*, existia relação de pressão entre as camadas estratificadas da sociedade imperial. Outro interesse do Vamireh Chacon é o contraditório dessa relação social, as tentativas de garantia do poder, por parte dos políticos, sempre manipuladas pelos seus interesses particulares, quando essa “revolução” ideológica estava sujeita a alcançar as camadas populares os liberais conservadores⁵ tratavam de barrar seu avanço, conforme seu entendimento transcrito a seguir:

Neste sentido, José Bonifácio usa-o nos primeiros decretos de 18 de junho de 1822, e possivelmente Joaquim Gonçalves Ledo no Manifesto de primeiro de agosto do mesmo ano. Mas quando o povo quis que o liberalismo também fosse seu, entre a Constituição outorgada e a abdicação de Pedro I, em 1824 e 1831, a palavra “liberal” voltou a ser “subversiva, apagada e vilipendiada pelo Absolutismo”, lembra-o ainda José Honório Rodrigues. (CHACON, 1998, p. 25)

⁴ René Rémond em *Uma História Presente* discorre sobre os acidentes de conjuntura, para argumentar que as preocupações da Nova História do Político estão para além dos limites desses acidentes.

⁵ Conservadores aqui são os detentores do sistema Monárquico, que queriam a liberdade econômica, mas presavam pela manutenção do sistema político.

O trabalho de Vamireh Chacon ora transparece proceder de um marxismo estruturalista – quando verifica as bases da estrutura social do período imperial a partir de uma economia já estabelecida – ora aparenta uma preocupação com a cultura política – quando suscita a discussão ideológica (mentalidade conjuntural) e a relação de pressão entre camadas sociais do próprio período. É preciso situar o autor no tempo e espaço, bem como sua formação acadêmica, num esforço de reaver suas bases teórico-metodológicas: procede da geração de 1970 o que nos leva a justificar a mescla nos pressupostos teóricos que embasam seu trabalho; além de atuar nas ciências políticas.

Neste momento, o campo da cientificidade política, passa por conflitos de autoafirmação e ressignificação, onde correntes teóricas começam a surgir com novas preocupações e cada vez mais se fragmentando nas dimensões do social e onde o que compete ao político deixa de limitar-se às narrativas descritivas dos fatos com ênfase no aparelho estatal e numa história das elites de poder, passando a problematizar, não só as estruturas sociais, mas sim a diversidade linguística proporcionando a historicidade das questões conceituais pertinentes à constituição e construção de uma lógica política⁶.

Analisar as apropriações teórico-metodológicas dos autores citados acima, respeitando o contexto histórico e partindo do processo de renovação científica influenciado pela *Escola dos Annales* se torna um pouco mais complexo, quando consideramos que correntes históricas se relacionam entre si no campo da cientificidade e que o processo de mutação não se finda, justificando o que Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes afirmam:

Mantém-se a linha de clivagem expressa, inclusive, na existência de novas formulações que pretendem dar conta das relações entre Estado, poder, política e história sem abandonar a noção e os fundamentos do poder, isto é, as classes sociais. (MENDONÇA; FONTES, 2012, p. 70)

Importante compreender, para além do citado acima, que essas apropriações de teorias e metodologias de análise historiográfica acerca da história política no

⁶ Para mais informações ver MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e Teoria Política. In _____ CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo. Novos Domínios da História. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Brasil tomam fôlego, a partir da década de 1980, mas com alguns indicativos nos fins da década de 1970.

Daí a importância de compreender a história em pleno curso em um processo dinâmico dos acontecimentos e que não está fadado ao linear, nem sujeito a rupturas ou até mesmo sobrepondo teorias por outras, mas que a aproximação disso tudo resulta na identidade ideológica de cada tempo histórico. Por isso a evidencia de que as obras dos autores utilizados neste trabalho transitam entre correntes na construção de uma história política do período imperial.

A discussão acerca da análise comparada entre autores nas questões teórico-metodológicas efetiva-se quando, além das motivações das diversas correntes historiográficas, associamos estas imersas na dimensão dos paradigmas científicos, quais sejam eles Positivismo, Historicismo e Marxismo. Os parâmetros norteiam a sistêmica codificada nas metodologias de análise científica e os pressupostos teóricos que dão sentido à análise.

Neste sentido, não justifica atermo-nos, apenas, aos “tratados conteudistas” que viabilizam a discussão dos respectivos textos analisados aqui, nem tão somente aos embasamentos teórico e metodológico disposto pelas diversas correntes historiográficas, é preciso um esforço em compreender as definições e finalidades que constituem os Paradigmas Científicos, estes responsáveis em subsidiar as bases o conhecimento sistemático.

Nesta discussão suscitada, entende-se que a Ciência Política, assim como a História Política, é uma categoria de análise científica inserida na grande teia dos Parâmetros Científicos, portanto suas características sistêmicas não se findam e nem muito menos o curso da dinâmica histórica permite sua imobilidade.

4 Político: seu lugar na história

O território da política expandiu-se, no sentido de que os historiadores (seguindo teóricos como Michel Foucault) estão cada vez mais inclinados a discutir a luta pelo poder na fábrica, na escola ou até mesmo na família [...] (BURKE, 1992, p.08)

Ao discorrer sobre as mutações no âmbito da historiografia, Peter Burke analisa as condições do político no plano científico. É de conhecimento dos historiadores que a “Nova História” sugerida pelos Annales, tem seu papel fundamental para a renovação no campo da cientificidade. As contribuições das gerações de historiadores que sucederam o período da Escola dos Annales nos possibilita compreender que os trabalhos voltados para o que diz respeito ao político tomam novas proporções, bem como sugere novas conceituações e apropriações do saber científico.

Também é de conhecimento da cientificidade que o poder é o elemento gerador de toda a discussão do político, em suas dimensões e instituições na sociedade e que esse poder está presente nos vários elementos que compõem o social, desde a mídia, os partidos políticos, aos intelectuais engajados, incluindo a pressão das grandes massas. Na historiografia não se faz diferente, esse mesmo *poder* se apropria dos discursos refletindo suas intencionalidades e suas finalidades.

A partir deste entendimento, a reflexão analítica em detrimento das apropriações teórico-metodológicas dos respectivos autores utilizados como fontes neste trabalho, nos possibilitou, para além, dessa discussão, suscitar o debate acerca da influência ideológica destes autores enquanto agentes ativos no processo da construção histórica em sua contínua. A análise, aqui, desenvolveu-se em torno de certa temática – política imperial – mas o intuito principal foi observar como o contexto histórico dessa temática se constitui a partir do “olhar” desses autores.

Para compreender todo o debate sugerido, a estrutura textual da análise se desenvolveu a partir da exposição dos autores e seus respectivos textos, de modo, que pudéssemos observar como cada um discorreu seus textos, bem como articularam os métodos e as teorias às fontes utilizadas em seus trabalhos. O segundo capítulo deu enfoque à contextualização histórica do período imperial, neste bloco, alguns eventos são destacados a fim de exemplificar as inclinações peculiares entre os autores.

No terceiro capítulo os textos nos serviram a título de discutir seus respectivos autores no campo teórico-metodológico, de modo, que suas escritas dão luz ao fio condutor deste trabalho comparando conceitos e fontes ligeiramente articulados em uma estrutura textual, o conteúdo da abordagem serve, apenas, como plano de fundo nessa discussão. Considerando, ainda, que a nomenclatura de vários conceitos que permeiam esta pesquisa referenda direta e indiretamente à condição conflituosa das divergentes correntes historiográficas, num esforço de pôr em evidencia que estas se relacionam num fluxo contínuo no curso da História.

Visto que o Positivismo foi o paradigma que ascendeu no campo científico no século XIX, pode-se ampliar o debate e traçar um paralelo com a influência marcante desta na historiografia da década de 1980-90 do século XX. Já foi bastante enfatizado aqui, a legitimidade da História no campo da cientificidade, porém pode-se perceber que o Positivismo não cessou, mas se (re)significou e readaptou-se à novas possibilidades de análises, assim como o Historicismo e o Marxismo.

No que se refere ao plano do Político, pode-se atribuir essas (re) significações e ramificações das correntes de pensamento às fragmentações das disciplinas da área das ciências humanas, bem como um certo desdém da historiografia no que tange ao político. Não se pretende elencar as ramificações de correntes e seus respectivos desdobramentos, mas cabe citar as preocupações do René Rémond (2003) com o descrédito da História Política, alvo de críticas da Escola dos Annales.

Passada as discussões em torno da legitimidade da História Política no plano científico e voltando aos autores analisados, observa-se um fator peculiar na historiografia do período imperial: a relação de pressão entre as camadas populares e uma “descrita” elite da sociedade imperial estão ausentes nas abordagens do período.

Nesse viés, extrai-se que não há uma abordagem que possibilita aos estudiosos ampliar a discussão da constituição política do período imperial em detrimento da relação das diversas camadas sociais existentes na época. Essa peculiaridade que se mostra ausente em suas pesquisas se justifica pelo fato de estes autores pertencerem a um contexto histórico, com sua própria dinâmica, portanto suas inclinações, escolhas e pontuações procedem desta mentalidade coletiva e suas preocupações são outras.

Para tanto, julga-se de suma importância ressaltar as contribuições dos autores analisados para a historiografia brasileira, cada um com suas particularidades. O José Murilo de Carvalho, ao chamar atenção da historiografia atual para os métodos marxistas das abordagens analíticas, acerca do período imperial, já, defasado em suas sistêmicas de explicação daquela sociedade; Vamireh Chacon, com seu Historicismo, atento para a importância dos conceitos na construção e constituição da política do período imperial, ao observar sua estrutura textual, é notória sua contribuição para o método da história das mentalidades, quando, em sua escrita, enfatiza a ideologia que permeava no cenário político do império por meio das fontes utilizadas.

Não menos importante, as contribuições do Boris Fausto para a historiografia se faz pertinentes, quando observamos sua atenção dada aos movimentos de resistência, tal como a revolução pernambucana; positivista e detentor de uma história tradicionalista e factual, porém, ao ressaltar as movimentações revolucionárias demanda possibilidades de investigação historiográfica no que diz respeito, a verificar nas diversas fontes do e sobre o período as relações existentes entre as camadas populares e a elite, e analisar como essas relações se constituíam no curso do contexto histórico.

Todavia a partir da análise pode-se compreender que na historiografia, enquanto área científica não se determina uma condição teórico-metodológica mais adequada para embasar e subsidiar as investigações nas diversas abordagens quer do Período Imperial, quer da Revolução Inglesa ou da Revolução Francesa. Entendendo que os parâmetros científicos assim como as infindas vertentes e seus desdobramentos fazem parte da construção histórica em detrimento das dinâmicas de cada sociedade, portanto fadadas à contínua mutação.

FONTES

CARVALHO, J. M. Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia. In: _____. A construção da ordem: a elite política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. cap. 8.

CHACON, V. Os partidos no império (1831-1889). In: _____. História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3. ed. ampliada e atualizada, 1998. p. 23-55. Parâmetros Metodológicos p. 11-17

FAUSTO, B. História do Brasil. 10. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 120-183.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CHACON, V. Parâmetros Metodológicos (1831-1889). In: _____. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3. ed. ampliada e atualizada, 1998. p. 11-17

RÉMOND. Réne. Uma história presente. In: _____. *Por uma História do Político*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P.13-36

_____. Do político. In: _____. *Por uma História do Político*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 441-450

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND. Réne. *Por uma História do Político*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 231-269

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: _____. *Por uma História do Político*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. P. 57-98

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virgínia. História e Teoria Política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

REIS, Joé Carlos. O Historicismo: Aron *versus* Dilthey. In:_____. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
 () Dissertação
 (X) Monografia
 () Artigo

Eu, Ana Carolina Barbosa Santos,
 autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
 gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
Entre Teoria e Metodologia: uma reflexão sobre historiografia imperial
a partir das análises de José Murilo de Carvalho, Jamilch Chacon e Doris Fausto
 de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
 de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 16 de SETEMBRO de 20 16.

Ana Carolina Barbosa Santos
 Assinatura

Ana Carolina Barbosa Santos
 Assinatura